



Artigo

DOI: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2024v26id5257>

Educação e Políticas Públicas: engrenagens biopolíticas de um governo neoliberal

Education and Public Policies: biopolitical gears of a neoliberal government

Educación y Políticas Públicas: engranajes biopolíticos de un gobierno neoliberal

Mirian Pureza - Universidade Federal do Rio Grande – FURG | Rio Grande | RS | Brasil. E-mail: mirianpureza@hotmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4681-7107>

Paula Corrêa Henning - Universidade Federal do Rio Grande - FURG | Rio Grande | RS | Brasil. E-mail: paula.c.henning@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3697-9030>

Resumo: A escrita problematiza as políticas públicas educacionais a partir das lentes de Michel Foucault no que se refere as estratégias de poder. Trata-se de realizar um estudo teórico sobre o campo educacional e seu alinhamento a um governo biopolítico sob uma racionalidade neoliberal. Utiliza-se como ferramenta metodológica a pesquisa bibliográfica e opera-se com o conceito de problematização para tensionar as engrenagens de poder que consolidam e dão solo para fabricação das políticas públicas educacionais. Apresenta-se as primeiras análises operadas a partir da Base Nacional Comum Curricular de modo a suscitar questionamentos acerca dos alinhamentos e governamentos que incidem sob os sujeitos escolares. Conclui-se com esta escrita que há um governo de condutas e de subjetividades através da política pública educacional, servindo a interesses neoliberais.

Palavras-chave: políticas públicas educacionais; biopolítica; neoliberalismo.

Abstract: The writing problematizes educational public policies from the lens of Michel Foucault with regard to power strategies. It is about carrying out a theoretical study on the educational field and its alignment with a biopolitical government under a neoliberal rationale. Bibliographical research is used as a methodological tool and operates with the concept of problematization to tension the gears of power that consolidate and provide the ground for the fabrication of educational public policies. It presents the first analyzes carried out from the National Common Curricular Base in order to raise questions about the alignments and governments that affect school subjects. This writing has concluded that there is a governance of conducts and subjectivities through educational public policy, serving neoliberal interests.

Keywords: educational public policies; biopolitics; neoliberalism.

Resumen: La escrita problematiza las políticas públicas educativas desde la lente de Michel Foucault en torno a las estrategias de poder. Se trata de realizar un estudio teórico sobre el campo educativo y su alineamiento con un gobierno biopolítico bajo una lógica neoliberal. La investigación bibliográfica se utiliza como herramienta metodológica y opera con el concepto de problematización para tensar los engranajes de poder que consolidan y fundamentan la fabricación de políticas públicas educativas. Presenta los primeros análisis realizados desde la Base Curricular Común Nacional con el fin de plantear preguntas sobre los alineamientos y gobiernos que inciden en los sujetos escolares. Concluye con este escrito que existe una gobernanza de las conductas y subjetividades a través de la política pública educativa, al servicio de los intereses neoliberales.

Palabras clave: políticas públicas educativas; biopolítica; neoliberalismo.

1 Introdução

Entendendo que os documentos das políticas públicas são tramados e arranjados na lógica de uma biopolítica neoliberal, a presente escrita discute, em sua base teórico conceitual os estudos desenvolvidos por Michel Foucault no que se refere ao neoliberalismo como grade de inteligibilidade para além de um traçado exclusivamente econômico, mas como um modo de vida. Problematizar a educação e as políticas públicas educacionais a partir da base teórico/metodológica dos escritos de Michel Foucault, especialmente sobre a biopolítica, permite colocar em suspenso certas verdades educacionais, além de possibilitar a identificação de alinhamentos e governamentos presentes nestes.

Para este exercício problematizador, faz-se importante a compreensão do neoliberalismo enquanto racionalidade que consiste em “nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção (Dardot; Laval, 2016, p. 190). Constitui-se uma governamentalidade que busca meios para se chegar a um determinado fim a partir de estratégias neoliberais, ou seja, “o conjunto de discursos, práticas, dispositivos de poder visando à instauração de novas condições políticas, a modificação das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais de modo a impor esses objetivos” (Dardot; Laval, 2016, p. 191).

Assim, essa escrita tem como objetivo principal traçar um panorama dos estudos foucaultianos sobre poder, biopoder e as transformações ocorridas até chegarmos ao que hoje se denomina como neoliberalismo, de modo a problematizar no documento de política pública da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) os alinhamentos e governamentos existentes.

Como ferramentas analíticas deste estudo nos valem dos instrumentos de produção de dados da pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, utilizando a problematização foucaultiana para análise dos materiais. Para Marconi e Lakatos (2008, p. 183): “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Quanto a pesquisa documental, esta enfocou os “registros cursivos” (Gil, 2021, p. 127) do documento da BNCC.

Como parte da pesquisa bibliográfica realizada para a construção deste estudo, realizamos a análise da trilogia de cursos *Em defesa da sociedade* (1975/76); *Segurança, Território, População* (1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1979) buscando subsídios para compreensão dos conceitos de poder, biopoder e biopolítica, de modo a articulá-los à educação e às políticas públicas educacionais. Além dessas obras, mapeamos no autor outros estudos através de suas entrevistas, livros e demais materiais a respeito dos conceitos que, bibliograficamente, utilizamos para subsidiar nossa investigação.

Buscamos ainda, através da análise bibliográfica, a compreensão acerca dos deslocamentos da lógica governamental até chegarmos à racionalidade vigente, a neoliberal. Além de Foucault, utilizamos Pierre Dardot e Christian Laval, Stephen Ball, Olena Fimyar e outros contribuíram para construir a compreensão acerca destes deslocamentos.

Com vistas a buscar aproximações e diferenciações sobre a pesquisa empreendida, foi feita uma busca em repositórios e periódicos qualificados, quais sejam: Banco Digital de Teses e Dissertações brasileiras (BDTD), Portal de Periódicos da CAPES, SCIELO Brasil e repositório da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, utilizando os termos de busca “bncc neoliberalismo”, com os seguintes resultados:

Tabela 1 – Termos de busca “BNCC neoliberalismo” – pesquisa feita entre novembro de 2022 a maio de 2023

Periódico/link /Biblioteca/Base	Termo de Busca	Campo de Busca	Documentos Recuperado	Tipo
BDTD	Bncc neoliberalismo	Todos	63	47 Dissertações 16 Teses
Portal de periódicos CAPES	Bncc neoliberalismo	Todos	27	Artigos
SCIELO Brasil	Bncc neoliberalismo	Todos	1	Artigo
Repositório FURG	Bncc neoliberalismo	Todos	1	Artigo

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Delimitando a busca as Teses e após critérios de seleção, como aderência ao referencial e as que versavam sobre BNCC do Ensino Fundamental, restaram 9 para leitura, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Pesquisa feita entre novembro de 2022 a maio de 2023

Tema da Tese	Autor	PPG/Instituição	Ano de defesa
Educação Física Escolar S.A.: desconstruindo o discurso neoliberal	Renato Cavalcanti Novaes	PPG em Ciências do Exercício e do Esporte – UERJ	2021
Inquietudes e incertezas do ensino de Arte: Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental	Margarida Helena Camurça Martins	PPG em Artes Visuais – UNB	2021
A Base Nacional Comum Curricular: disputas em torno da seleção curricular para o Ensino de História	Carla Silvino de Oliveira	PPG em Educação – USP	2021
Desterritorializando a BNCC: experiência e acontecimento na perspectiva da filosofia da diferença	Silvia Cristina Barbosa da Silva	PPG em Educação Escolar – UNESP	2021
Intencionalidades biopolíticas do silenciamento da formação docente na BNCC	Simone Côrte Real Barbieri	PPG em Educação – UCS (Un. de Caxias do Sul)	2019

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Realizando um tratamento dos dados obtidos após leitura atenta dos resumos verificamos, e trazemos aqui de forma resumida, que estas pesquisas demonstram, a partir da vista de suas respectivas perspectivas teórico-metodológicas, que existem saberes sustentando a prática do poder neoliberal sobre a formulação das diretrizes educacionais, conduzindo assim a formação de sujeitos para esta sociedade neoliberal, conforme cita a pesquisa sobre a BNCC de (Oliveira, 2021, p.157):

O contexto atual do neoliberalismo projeta a escola para formar assalariados adaptáveis às constantes transformações e instabilidades econômicas, que exigem que os sujeitos sejam capazes de resolver os problemas do cotidiano, em grande parte frutos desse mesmo contexto, e se adaptarem obedientemente ao que lhes for mandado.

Esta articulação entre estratégias de poder de conformação através da política pública educacional com saberes que devem ser constituídos pelos sujeitos, são demonstrados a partir do desenvolvimento de competências, das avaliações externas, da discursividade da BNCC, da padronização das aprendizagens, do desenvolvimento das competências socioemocionais, dos fomentos de organismos internacionais, dentre outros aspectos evidenciados nestas pesquisas.

Perpassando essas análises, buscamos na problematização foucaultiana ferramentas analíticas, entendendo-a como “conjunto de práticas discursiva e não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e o constitui

como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.)” (Foucault, 2010, p. 242).

Na produção de Foucault o saber, o poder e a constituição de si constituíram matrizes para a problematização do pensamento. Muitos pesquisadores localizam as obras e a produção de Foucault em três fases ou domínios: a arqueologia, a genealogia e a ética. Em cada um desses domínios, Foucault analisa os jogos de verdade a partir da constituição dos saberes, dos poderes e da constituição de si mesmo.

Assim, Foucault se pergunta como nos constituímos aquilo que somos enquanto sujeitos do saber, do poder e de si mesmo. Como se constituem os saberes, como se constituem os saberes atravessados por relações de poder e como o sujeito constitui a si mesmo são os interesses de Foucault. Problematizar, neste registro, é identificar o como e o porquê de saberes e poderes se entrelaçarem em um dado momento histórico, constituindo práticas e conhecimentos que se colocam na ordem do verdadeiro.

Na primeira seção desta escrita discutiremos os saberes e poderes que constituem uma política pública, de modo governar e conduzir ações, comportamentos e subjetividades. Na seção posterior, analisaremos os conceitos de poder, biopoder e neoliberalismo de modo a, a partir destes, problematizar alguns registros cursivos da BNCC.

2 Saberes e poderes constitutivos das políticas públicas

Antes de passarmos a tecer as aproximações entre as políticas públicas educacionais, a governamentalidade neoliberal e a biopolítica, importa considerar que existem poderes e saberes constitutivos de uma política pública em geral. Existem diversas definições atribuídas ao que seria uma política pública, assim como muitas correntes epistemológicas que constroem uma rede de significados sobre elas. De modo geral, pensa-se a política pública como uma resposta a uma situação específica e como a garantia dos direitos fundamentais do ser humano. A Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), por exemplo, foi constituída como política pública de ordenamento e garantia de direitos fundamentais. A partir dela, diversos outros dispositivos legais foram sendo constituídos a fim de abarcar situações em que se faz necessário o ordenamento.

Na corrente epistemológica em que orientamos nossa pesquisa, pensamos que uma política pública é constituída a partir de jogos de poder, que prescrevem normas e constituem certos discursos a fim de definir ações, comportamentos e subjetividades, conduzindo indivíduos e populações. Assim, as políticas públicas de inclusão social, de saúde, assistência, cultura, educação etc. são produções discursivas orientadas por jogos de poder específicos de uma época e lugar. Portanto, elas são contingentes, elegendo algumas verdades que devem ser pronunciadas e afirmadas, a fim de

constituir determinado sujeito para determinada sociedade. Pode-se dizer então, que uma política pública não é neutra, uma vez que é produzida por determinados agentes sociais com uma determinada visão de mundo.

Nesta perspectiva, faz-se necessário que diversos campos de saberes e práticas se constituam a fim de propor formas de conduzir e governar as populações, promovendo a vida e os cuidados com ela. Assim, constituem-se políticas públicas enquanto ações do Estado para tratar, diagnosticar, higienizar, cuidar, proteger, ensinar, regular e promover a vida. A saúde, a infância, a velhice, a família, os estudos, o trabalho são gerenciados nesta articulação biopolítica entre Estado e neoliberalismo. Nada escapa. A alfabetização, os analfabetos, os bem pequenos, os jovens, as aprendizagens, os projetos de vida, a empregabilidade, as competências socioemocionais, as deficiências, tudo é alvo de condução e investimento para assegurar e definir modos de vida cidadãos, governáveis e úteis.

Uma política pública é formulada e implementada a partir de jogos de interesse, constituindo-se como uma opção dentre um conjunto de possibilidades. Assim, quando consideramos a educação a partir das políticas públicas educacionais que a regem, entendemos que há poderes engendrados nestas, de modo a constituir certo tipo de discurso, de escola, de sujeito e de sociedade.

Importa salientar que nosso intuito não é conduzir, a partir desta problematização, à negação ou à aceitação das políticas públicas educacionais vigentes. Conforme Henning (2019) quaisquer que sejam os focos de análise com os quais nos deparamos em nossas pesquisas e estudos (questões ambientais, sexualidade, escola etc.) pensando com Foucault, é importante considerar

Vale, uma vez mais, recorrermos ao filósofo francês para entender que, longe da crítica rasa feita a ele a respeito de que para seu pensamento “tudo é discurso”, há sim uma materialidade que não pode ser desconsiderada; no entanto, seu trabalho se interessava pelos efeitos de sentido produzidos pelas verdades que vão sendo fabricadas a partir de discursos proliferados em uma dada sociedade. Nesse sentido, Foucault, ao examinar o discurso da sexualidade na modernidade, explicita aos seus leitores que não se trata de eliminar uma dada materialidade do corpo, mas sim de evidenciar como, a partir dessa materialidade se fabricam discursos, dispositivos de poder que tomam a vida como alvo primeiro (Henning, 2019, p. 369).

Embora tratando da sexualidade, essa premissa vale para nosso foco de pesquisa que é a escola e as políticas públicas que a regem. Não há como desconsiderar a materialidade de uma política pública educacional, como a BNCC e os Documentos Orientadores Regionais, mas colocar em suspeição a forma como são fabricados os discursos e dispositivos que os tornam estatutos de verdades, buscando gerir a vida individual e populacional para determinado fim.

Apesar de Michel Foucault em seus estudos não ter adotado a educação, a escola e tampouco as políticas públicas educacionais como temas centrais, é possível estabelecer relações a partir de suas análises sobre outros mecanismos estratégicos de exercício do biopoder, possibilitando assim articulá-los com o campo educacional. Na próxima seção buscaremos estas aproximações.

3 Políticas públicas educacionais: engrenagens biopolíticas de um governo neoliberal

Para compreender a biopolítica e problematizar o ponto em que se articula com a educação no espaço da escola a partir das políticas públicas educacionais, é necessário, antes, entender o que é este biopoder e como se desenvolvem a partir dele mecanismos estratégicos de exercício. Ponto primordial nos estudos foucaultianos é a análise do poder, não enquanto uma teoria geral, mas a partir de seus mecanismos. Analisando o eixo genealógico a partir da trilogia dos cursos: *Em defesa da sociedade* (1975/76); *Segurança, Território, população* (1978) e *Nascimento da Biopolítica* (1979), encontraremos subsídios para as compreensões das análises propostas nesta escrita.

3.1 Acomodações nos mecanismos de exercício: poder, biopoder e neoliberalismo

No seu curso no *Collège de France* intitulado *Em defesa da Sociedade*, em sua aula de 17 de março de 1976, Foucault apresenta uma análise sobre a transformação do poder soberano para uma nova tecnologia, que é o biopoder. Não obstante, não há uma substituição de uma forma de poder por outra, não há um apagamento do primeiro em decorrência do segundo. Em linhas gerais, Foucault situa o poder soberano como o poder de gládio e diz: "Em certo sentido, dizer que o soberano tem o direito de vida e de morte significa no fundo, dizer que ele pode fazer morrer e deixar viver" (Foucault, 2021, p. 202). Neste tipo de poder – o poder soberano – a vida não é tomada como foco. Quando, então, a vida passa a ser assumida pelo poder, ou seja, quando o exercício do poder se dá sobre o humano enquanto ser vivo, pode-se dizer que surge um novo direito que é "fazer viver e deixar morrer" (Foucault, 2021, p. 202).

Segundo Foucault "Poderíamos dizer isto: tudo sucedeu como se o poder, que tinha como modalidade, como esquema organizador, a soberania, tivesse ficado inoperante para reger o corpo econômico e político de uma sociedade em via, a um só tempo, de explosão demográfica e de industrialização" (Foucault, 2021, p. 210). Desta forma, houve acomodações nos mecanismos de poder. A primeira acomodação foi sobre o corpo: a disciplina (século XVII e início do século XVIII). A segunda acomodação (final do século XVIII) foi sobre a população: a regulamentação.

Embora entre os campos de intervenção da biopolítica analisados por Foucault (medicina, higiene pública, velhice, acidentes, anomalias, assistência, seguridade, etc.) não estivesse a educação e a escola, podemos perceber mecanismos, técnicas e tecnologias de biopoder também nestes campos. Aqui interessa-nos pensar que podemos entender esse poder que se incumbe “tanto do corpo quanto da vida”, esse biopoder (Foucault, 2021, p. 213), também no campo educacional. Antes, cabe ressaltar que estes dois esquemas organizadores do poder, a saber: o disciplinar (corpo-organismo-instituições) e o regulamentador (população-processos biológicos-estado), embora em níveis diferentes, se articulam.

Assim como na cidade operária citada por Foucault em seu livro *Em Defesa da Sociedade* (2010, p. 211), a Educação escolar utiliza-se de mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo e normalização de comportamentos, bem como de mecanismos regulamentadores que incidem sobre a população escolar como um todo, como por exemplo as políticas públicas educacionais.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault discorre sobre a disciplina como “um tipo de poder, uma tecnologia, que atravessa todas as espécies de aparelhos e instituições para reuni-los, prolongá-los, fazê-los convergir, fazer com que se apliquem de um novo modo” (Deleuze, 2005, p. 35). A forma como este poder funciona a partir dos mecanismos disciplinares de dominação é explicitado em *Vigiar e Punir* e, observando cada uma das formas deste funcionamento, conseguimos percebê-lo no campo educativo. Este poder age: a) dividindo os corpos no espaço; b) ordenando no tempo; c) compondo no espaço-tempo; d) produzindo saber (Gadelha, 2016, p. 42).

Podemos observar esses mecanismos fundirem-se com a própria lógica pedagógica, hierarquizando e enquadrando os corpos escolares, separando bons e maus alunos, os que estão aptos a obedecer e serem submissos e os que não, os que desenvolvem habilidades e competências necessárias à sua adaptação ao meio social, com práticas de recompensa, meritocracia e punição. Desta forma, a Educação e o espaço escolar servem a este objetivo: controlar os corpos e ajustar a população aos processos econômicos.

Assim, a escola utiliza técnicas de poder que produzem corpos úteis e dóceis, entregando esses corpos à população e aos seus processos econômicos. Para além dos mecanismos disciplinares, desenvolveram-se ao longo do tempo mecanismos biopolíticos dentro de uma lógica governamental.

Diferente dos mecanismos disciplinares, nos mecanismos de segurança da biopolítica não se trata apenas de distribuir, vigiar e adestrar os corpos dos indivíduos no interior de espaços determinados como, por exemplo, a prisão, o hospital, a fábrica. Trata-se de atuar sobre os fenômenos gerais da vida que se dão no corpo das populações. Trata-se de regular esses fenômenos, segundo o critério determinado pelo binômio segurança-risco e segundo a racionalidade teórica e prática de uma governamentalidade determinada (Fonseca, 2006, p. 157).

Desse modo, temos a escola e as políticas públicas que a regulamentam enquanto instrumentos biopolíticos de governo e construção de subjetividades. Os discursos das políticas públicas educacionais buscam conformar e regular o corpo populacional educativo, buscando a homogeneização das habilidades e competências a serem construídas. Exemplo disso encontramos no texto introdutório da BNCC quando diz

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica [...] (Brasil, 2018, p. 7).

Conforme observamos, o caráter normativo da BNCC é explicitamente anunciado, como uma premissa homogeneizante de desenvolvimento de aprendizagens. Ainda na carta de apresentação, podemos problematizar os trechos que indicam que o documento desta política pública é “pautado em altas expectativas de aprendizagem” que deve ser acompanhado pela sociedade para que “faça o país avançar” (Brasil, 2018, p. 5). Aqui cabe considerar que estas expectativas de aprendizagem que, teoricamente, farão o país avançar são definidas em consonância com as expectativas de um modelo econômico neoliberal, que através de organismos internacionais ditam as regras e as políticas públicas que devem ser desenvolvidas e implementadas.

Seguindo nas compreensões acerca dos estudos de Michel Foucault, faz-se importante compreender os deslocamentos ocorridos até chegamos ao que hoje se denomina como neoliberalismo. Observamos que houve um deslocamento da lógica governamental pautada na razão de Estado (século XVIII), para uma governamentalidade liberal (século XVIII, XIX) e, posteriormente, neoliberal (século XX).

Na racionalidade governamental da razão de Estado, a premissa era de que se governava pouco e era preciso fortalecer o Estado para condução da população. Percebe-se que nessa razão de Estado, há a ideia de um máximo governo e custo mínimo. Em seu curso *Nascimento da Biopolítica*, Michel Foucault vai analisar a economia política como um sistema de pensamento e como lugar de formação de verdades. Foucault analisa ponto a ponto como se entendem os regimes de verdade na racionalidade da razão de estado, no liberalismo e no neoliberalismo, constituindo assim a condição de inteligibilidade da biopolítica.

Por diferentes condições de possibilidade, vê-se nascer outro modo de governar, tramado pelo liberalismo. Em sua lição de 17 de janeiro de 1979 do curso *Nascimento da Biopolítica*, Foucault explora o surgimento dessa nova arte de governo. Em meados do século XVIII surge esta racionalidade que entendia que se governava em demasia, por isso, era preciso deixar as leis naturais do interior do próprio Estado agirem. *Laissez-faire, laissez-passer*: deixe fazer, deixe passar. Nesta lógica, o governo

e intervenção do Estado deviam ser mínimos, tendo como dogmas o direito natural, a liberdade de comércio e o equilíbrio do mercado.

De fato, não devemos esquecer que esta nova arte de governar – ou esta arte de governar o menos possível, esta arte de governar entre um máximo e um mínimo, e mais do lado do mínimo do que do máximo – é uma espécie de renovação ou refinamento da razão de Estado, é um princípio para a sua manutenção, para o seu desenvolvimento mais completo, para o seu aperfeiçoamento (Foucault, 2021, p. 56).

É interessante a análise que Foucault faz de como há uma mudança na governamentalidade na passagem da razão de Estado para a racionalidade liberal. Na teoria econômica, o mercado passa a ser uma instância de veridicção, um lugar de formação de verdades. E quando se propõe a crítica a partir desse entendimento, não se propõe a dizer que algo é verdadeiro ou falso. “A crítica que vos proponho consiste em determinar sob que condições e com que efeitos se exerce uma veridicção, ou seja, mais uma vez, um tipo de formulação decorrente de determinadas regras de verificação e de falsificação” (Foucault, 2021, p. 64).

Então, tratando-se da psiquiatria, da delinquência, da sexualidade ou, no nosso caso, das políticas públicas educacionais, “o problema é fazer aparecerem as condições que tiveram de ser preenchidas para que se pudesse ter[...]” sobre qualquer um dos campos citados, “os discursos que podem ser verdadeiros ou falsos” (Foucault, 2021, 64). Entender como o liberalismo apoia-se na ordem da economia para produzir verdades, faz-nos empreender a crítica no sentido de buscar as condições de possibilidade da produção dessas verdades.

O liberalismo tinha como imperativo ser gestora de liberdades. “A nova razão governamental precisa então de liberdade, a nova razão governamental consome liberdade. Por consumir liberdade, é obrigada a produzi-la. Se é obrigada a produzi-la, é obrigada a organizá-la” (Foucault, 2021, p. 94). No entanto, ao mesmo tempo que há liberdade, é preciso realizar o cálculo do custo da fabricação da liberdade, calcular seus riscos. Surge o problema da segurança, buscando proteger de qualquer risco que o interesse pessoal possa causar ao coletivo, e vice e versa. Intensificam-se assim os processos de controle e de vigilância do comportamento dos indivíduos.

O liberalismo, no entanto, passa por uma longa crise interna, que vai dos anos 1880 a 1930, com a divisão entre os reformistas sociais, que defendem o bem comum e os que têm a liberdade individual como fim absoluto (Dardot; Laval, 2016, p. 37). Além disso, a crise do liberalismo foi marcada por “ameaças à liberdade representadas pelo próprio exercício das liberdades, pelo socialismo, pelo nacional-socialismo e pelo fascismo” (Fonseca, 2006, p. 150). A liberdade tão defendida pelo liberalismo encontrava-se sob ameaça. As exigências do capitalismo não conseguiam se adequar as doutrinas do liberalismo e livre mercado.

Toda esta crise cria condições para o surgimento de uma nova forma de governar, no século XX: o neoliberalismo. Tanto a versão alemã (ordoliberalismo) quanto a versão americana, apesar de algumas características distintas, defendem a participação mínima do Estado na economia e aumento da participação da iniciativa privada, tendo como princípios base a economia do mercado, a regulação econômica a partir da desigualdade e a concorrência.

Há uma inversão na lógica anteriormente defendida pelo liberalismo. Agora se passa a ter “um Estado sob vigilância do mercado e não um mercado sob vigilância do Estado” (Foucault, 2021, p. 155). Outra diferenciação do neoliberalismo é que a essência do mercado não está mais na troca e sim na concorrência. Desta forma, a essência do mercado não é a equivalência, mas a desigualdade. Segundo Foucault (2021, p. 158) “É, de certa maneira, um jogo formal entre desigualdades. Não é um jogo natural entre indivíduos e comportamentos”.

Dentro desta governamentalidade neoliberal, surgem postulados e teorias que tem como objetivo não só a condução política e econômica, mas a formação de novas subjetividades sociais para atuação no cenário social. Compreender todo este cenário, interessa para pensarmos a Educação, o espaço da escola e as políticas públicas, uma vez que estes têm papel fundamental nesta formação de sujeitos adaptados às demandas do mercado.

Quando buscamos aproximações com o campo educacional, podemos pensar que nessa racionalidade governamental neoliberal, a ideia é “modificar estas bases materiais, culturais, técnicas e jurídicas [...]” (Foucault, 2021, p. 185) de modo a funcionarem sob a lógica do mercado. Desta forma, as políticas públicas educacionais e a escola servem como pontos de aplicação destas intervenções que buscam modificar as bases. Muito destas intervenções podem ser percebidas na política pública da BNCC, conforme observaremos a seguir.

3.2 Base Nacional Comum Curricular: alinhamentos e governamentos

Ao pensar os objetos de nossa pesquisa, recorreremos aos estudos de Stephen Ball (1994) que defende ser a política pública “texto”, mas também “discurso”, produzido a partir de contextos de “influência”, de “produção de textos” e de “práticas”. Assim, os discursos das políticas públicas buscam moldar os sujeitos dentro de uma racionalidade específica, ajudando a construir o modo como se pensa a educação. Trowler (1998, p. 132-133) diz sobre as políticas educacionais e os repertórios discursivos nelas contidos:

Os elaboradores de políticas podem, assim, restringir, e realmente restringem, o modo como pensamos sobre a educação em geral e sobre as políticas educacionais específicas, particularmente através da linguagem em que tais políticas são moldadas. O uso de repertórios discursivos tirados das áreas do comércio, marketing e finanças é uma das formas pelas quais isso é feito. Franquias, acúmulo de crédito, resultados da aprendizagem, *ter habilidades e competências*, o exame das habilidades e coisas desse tipo podem se tornar parte do discurso cotidiano e começam a articular a forma de as pessoas pensarem sobre educação. Talvez mais importante: trabalham para excluir outras maneiras possíveis de conceituar a natureza da educação (grifo nosso).

No caso da BNCC enquanto política educacional contemporânea de maior relevância no campo educacional, é possível observar nos discursos as tramas de uma governamentalidade neoliberal biopolítica, especialmente no foco dado aos resultados de aprendizagem e a construção de habilidades e competências.

Na Introdução do documento da BNCC, sob o subtítulo *Os fundamentos pedagógicos da BNCC*, é posto o desenvolvimento de competências como foco, defendendo que este ideal tem orientado diversos países, Estados e Municípios, pontuando ainda:

É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol) (Brasil, 2018, p. 13).

Relativo a este alinhamento, é possível observar que os organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), além do Banco Mundial (BM) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), impõem que os países aliados se ajustem a suas propostas educacionais de modo a receber financiamento.

Em um mundo cada vez mais globalizado, busca-se uma homogeneidade dos sistemas educativos, com a imposição de um discurso global. Neste sentido, os organismos internacionais desempenham papel importante:

As organizações internacionais (OMC, OCDE, Banco Mundial, FMI, Comissão Europeia) contribuem para essa constrição transformando as “constatações”, as “avaliações”, as “comparações” em muitas ocasiões de fabricar um discurso global que tira sua força cada vez mais de sua extensão planetária. Nesse plano, as organizações internacionais, além de seu poderio financeiro, tendem a ter, cada vez mais, um papel de centralização política e de normalização simbólica considerável (Laval, 2004, p. 14).

Sob essas condições, parece-nos extremamente pertinente questionar o papel destes organismos internacionais enquanto propositores de discursos neoliberais, uma vez que impõem aos sistemas uma adequação à sua lógica e aos seus interesses, que são os de desenvolvimento, crescimento econômico e concorrência. Neste cenário, as políticas públicas educacionais, como outras políticas sociais, devem estar concatenadas à política econômica. A lógica do mercado, como vimos, nessa racionalidade neoliberal, é a mola propulsora para a formação das subjetividades. Portanto, quando se formula uma política pública como a BNCC dentro desta lógica, pode-se esperar um investimento em discursos de formação de capital humano e responsabilização do sujeito por sua situação, seja ela de ascensão ou de desigualdade.

Outro aspecto a ser analisado é que para verificação da “qualidade” da educação, são feitas avaliações seguindo parâmetros internacionais, além das avaliações externas nacionais, como a Prova Brasil, as provas do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), os Sistemas de Avaliação do Rendimento Escolar Estaduais e as avaliações municipais que servem como parâmetros de avaliação.

Mais uma vez aqui percebe-se o caráter de alinhamento das políticas públicas educacionais à racionalidade neoliberal. Ao mesmo tempo em que os organismos internacionais fomentam, conforme vimos, investimentos em educação, eles definem suas propostas e verificam se as metas estão sendo alcançadas a partir das avaliações. Assim, os sistemas de ensino são avaliados, medidos, classificados e responsabilizados. Tais avaliações, muito antes de terem um caráter de levantamento para direcionamento de ações, são tomadas como um diagnóstico de controle. Além disso, as avaliações externas cumprem seu papel de fomentar a concorrência, uma vez que os ranqueamentos entre escolas e entre redes são feitos a partir dos resultados destas avaliações.

Outro ponto que merece destaque: na parte que descreve a organização do documento da BNCC, é colocado que “[...] as aprendizagens estão organizadas em cada uma dessas etapas e se explica a composição dos códigos alfanuméricos criados para identificar tais aprendizagens” (Brasil, 2018, p. 23). A utilização dos códigos alfanuméricos auxilia a unificação das provas, o controle do trabalho docente, bem como a quantificação e ranqueamento das habilidades desenvolvidas, que se transformam em indicadores de “desempenho”.

Os planejamentos passaram a ser baseados nos códigos alfanuméricos que definem as habilidades e competências a serem desenvolvidas, assim como as avaliações internas e externas igualmente passaram a ser construídas com base nestes códigos. É preciso problematizar o fato de que esses códigos alfanuméricos são muito mais do que meramente organizacionais, mas refletem proposições normativas, com descritores que ordenam e controlam o trabalho docente e as aprendizagens a serem desenvolvidas. Nesta lógica, planejar a partir dos códigos, mais do que facilitar a vida do docente, objetiva homogeneização e controle, já que outras escolhas não podem ser feitas e é facilmente controlável quem segue e quem não o que é estabelecido. Aqui mais uma vez a responsabilização pelo sucesso ou fracasso fica a cargo dos docentes e dos próprios discentes, uma vez que, teoricamente, seguindo a base, terão condições de construir habilidades e competências que os permitirão ter as mesmas condições de ascensão social.

Assim, é possível identificarmos modos operacionais de controle para além de uma conformação financeira aos ditames internacionais. Há, também, a busca de um gerenciamento da aprendizagem, conformando-a à uma lógica. A base está repleta de agenciamentos das subjetividades. Isto pode ser percebido, ainda na introdução do documento da BNCC, sob o título *O compromisso com a educação integral*, quando afirma que o novo cenário mundial “requer desenvolvimento de competências para aprender a aprender [...]” (Brasil, 2018, p. 14). Sobre o uso do termo competência, é importante destacar que:

A linguagem que escolhemos na educação nunca é neutra, porque com ela compreendemos a realidade educacional de uma forma e não de outra, adotamos um ponto de vista, destacamos determinados problemas, tomamos posição diante deles e expressamos nossos desejos. Ao mesmo tempo, estamos descuidando, esquecendo e até negando outras possibilidades. A que mundo nos leva essa forma de **educar por competências?** (Gimeno Sacristán, 2011, p. 8, grifo nosso).

O discurso da BNCC, aparentemente neutro, faz parte de uma arte neoliberal que busca normatizar uma demanda por formação de subjetividades e certos tipos de sujeitos. Uma das premissas desta racionalidade biopolítica neoliberal é o desenvolvimento de competências ao longo da vida, que permite ao sujeito se autodisciplinar, autoformar e adaptar-se às incertezas do sistema.

Seguindo na Introdução da BNCC, no subtítulo *Base Nacional Comum Curricular: igualdade, diversidade e equidade*, há a defesa do seu papel tido como fundamental “pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas” (Brasil, 2018, p. 15).

Sobre esta igualdade e inclusão de todos, é importante considerar o que Silvio Gallo (2017, p. 1494) diz: “O propósito é o de fazer atravessar (fala-se em “políticas públicas transversais”) todos os territórios da educação básica pelas questões da diversidade e da inclusão, de modo a nada nem ninguém deixar de fora da maquinaria escolar brasileira”.

Assim, nada nem ninguém ficam de fora da arte neoliberal de conduzir as condutas. E esta condução das condutas, dentro desta racionalidade, visa preparar o indivíduo desde muito cedo a participar do jogo econômico.

A BNCC busca fazer natural a ideia de aceitar que o desenvolvimento daquelas habilidades e competências lá descritas seja essencial, natural e comum a todos. No entanto, não há um foco para que o estudante possa questionar por que estas habilidades e competências foram eleitas como essenciais em detrimento de outras, nem sobre que poderes tornaram possível que estas habilidades e competências fossem eleitas.

Pensando a BNCC enquanto uma biopolítica neoliberal, um de seus fundamentos é gerir a vida das populações educacionais de modo a torná-las aptas para a vida em sociedade. Isto ocorre através da construção subjetiva do indivíduo enquanto empreendedor de si, investidor de seu capital humano, com noções de auto empresarialidade e autorresponsabilidade. Todas estas noções estão tanto explícitas quanto acaçapadas no “projeto de vida” da BNCC.

Com a Base, vamos garantir o conjunto de aprendizagens essenciais aos estudantes brasileiros, seu desenvolvimento integral por meio das dez competências gerais para a Educação Básica, apoiando as escolhas necessárias para a concretização dos seus projetos de vida e a continuidade dos estudos (Brasil, 2018, p. 5).

Ainda na carta de apresentação da BNCC podemos observar a clara responsabilização que se dá ao indivíduo pela formulação de seu projeto de vida. Há uma lógica que deixa de considerar outros elementos que não é apenas a construção de aprendizagens para elaboração de um “projeto de vida”. Diversos fatores psicossociais e de infraestrutura básica, por vezes não provida pelo próprio Estado, impedem que o indivíduo se constitua.

A necessidade de um projeto de vida é um ideal neoliberal que responsabiliza o indivíduo, uma vez que o estudante necessita desenvolver habilidades, competências, resiliência e visão de futuro, para que possa ter sucesso, excluindo do debate a responsabilidade das mudanças econômicas e políticas como promotoras ou não deste sucesso.

Seguindo na análise teórico/conceitual dos estudos de Foucault, é importante analisar a Teoria do Capital Humano enquanto uma das chaves de inteligibilidade para

compreender a contemporaneidade e os alinhamentos das políticas públicas educacionais à uma arte neoliberal.

Formulada no final da década de 1950 e início da década de 1960, a Teoria do Capital Humano, divulgada por Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore Schultz, buscava demonstrar de que forma o investimento na capacidade humana gera um retorno em forma de crescimento econômico. Desse modo, as habilidades de cada pessoa tornam-se um capital que deve ser investido a fim de gerar retorno econômico e de bem-estar social.

A lógica do neoliberalismo e o *homo economucus* que se busca construir não é mais “o homem da troca, não é o homem consumidor; é o homem da empresa e da produção” (Foucault, 2021, p. 191). Este passa a ser o “poder formador da sociedade” (p. 193): mercado, empresa, concorrência.

Em suas duas últimas aulas do curso Nascimento da Biopolítica, as lições de 28 de março e 4 de abril de 1979, Michel Foucault discorre sobre como o *homo economucus* passa a ser elemento de base da nova razão governamental, “a generalização desta grelha *homo economicus* a domínios que não são imediata e diretamente econômicos” (Foucault, 2021, p. 334). Nesta perspectiva, o jogo dos interesses individuais se sobrepõe ao poder e ao governo.

Conforme se observa, os processos econômicos servem de grade de inteligibilidade para compreensão de inúmeras relações na sociedade, modificando a forma de governo.

Conforme Foucault (2021, p. 193) a forma empresa é o poder formador da sociedade:

É esta multiplicação da forma <<empresa>> no interior do corpo social que constitui, a meu ver, a questão da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa aquilo a que se poderia chamar o poder formador da sociedade.

Portanto, passa-se a aplicar a grade econômica para tratar das relações sociais, das sociabilidades e dos comportamentos de cada grupo e de cada indivíduo (Gadelha, 2016, p. 144).

É possível observar a articulação entre educação e biopolítica numa racionalidade governamental neoliberal, “instituindo processos e políticas de subjetivação que vêm transformando sujeitos de direitos em *indivíduos-microempresas* – empreendedores” (Gadelha, 2016, p. 144).

Como etapa final da educação básica, o texto da BNCC voltado ao ensino médio reflete este ideal de formação de indivíduos microempresas quando coloca como uma de suas finalidades

[...] proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo [...], entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade (Brasil, 2018, p. 466).

Para chegar ao final da educação básica sendo este sujeito com esta competência de empreendedorismo, tida como essencial para a cidadania, inclusão social e empregabilidade, já no início da etapa da escolarização é posto como um dos fundamentos da BNCC incentivar o estudante a desenvolver a resiliência, como ideia de adaptar-se a mudanças, tornar-se submisso as condições, docilizar o próprio corpo. Ainda sobre isso Costa (2009, p. 180-181) pontua:

De todo modo, os indivíduos e as coletividades são cada vez mais investidos por novas tecnologias e mecanismos de governo que fazem de sua formação e de sua educação, num sentido amplo, uma espécie de competição desenfreada, cujo progresso se mede pelo acúmulo de pontos, como num esquema de milhagem, traduzidos como índices de produtividade. E são avaliados de acordo com os investimentos que são permanentemente induzidos a fazer para valorizarem-se como microempresas num mercado cada vez mais competitivo.

Assim, as políticas públicas atuam enquanto mecanismo de governo capaz de investir nas coletividades e individualidades, formando sujeitos resilientes, flexíveis, competitivos e empreendedores de si.

Outro ponto da BNCC que merece nossa problematização é a utilização do conceito cidadania. Este termo aparece no documento 58 vezes, sendo um dos motes das propostas para a educação brasileira. Buscando o significado do termo cidadão, encontramos diversas definições, tendo como elemento central sua constituição como um indivíduo de um estado livre, portador de direitos e deveres. Portanto, a cidadania define-se como um conjunto de direitos e deveres que o indivíduo deve gozar.

Em uma das diversas citações da BNCC sobre cidadania, quando o documento começa a descrever o Ensino Fundamental dentro do contexto da Educação Básica, temos o seguinte:

A compreensão dos estudantes como sujeitos com histórias e saberes construídos nas interações com outras pessoas, tanto do entorno social mais próximo quanto do universo da cultura midiática e digital, fortalece o potencial da escola como espaço formador e orientador para a cidadania consciente, crítica e participativa (Brasil, 2018, p. 62).

Governar, conforme vimos, é conduzir condutas. Na racionalidade neoliberal a condução das condutas são se dá somente a partir da disciplina, da norma e do controle, mas a partir do gerenciamento das liberdades. Governa-se os cidadãos através de suas liberdades. As práticas da liberdade e da cidadania são dispositivos da

governamentalidade e através delas busca-se a subjetivação do indivíduo para se autogerir, se autogovernar. A construção da cidadania é um imperativo da governamentalidade neoliberal, associado a ideia de democracia.

A governamentalidade política é marcada, então, por um conjunto de ações, articuladas numa maquinaria de poder, que consiste em exercer um controle sobre os indivíduos, através do trabalho sobre as populações nas quais esses indivíduos estão inseridos, de modo que eles se acreditem cidadãos livres, participativos e peças centrais no jogo democrático (Gallo, 2012, p. 59).

Silvio Gallo trabalha esta questão da governamentalidade a partir das análises de Foucault associada a democracia, denominando assim uma governamentalidade democrática, segundo a qual

[...] é preciso constituir a todos como cidadãos, para que possam ser governados. Fora da cidadania não há governo democrático possível; por essa razão, as pedras de toque são duas: cidadania e inclusão. Todos devem ser cidadãos, todos precisam estar incluídos (Gallo, 2017, p. 1508).

Conforme observamos, existe um apelo para que se desenvolva e exerça a cidadania. É preciso ser cidadão para ser governado e para ser atingido pelas ações do Estado a partir das políticas públicas. Ser cidadão é ser constituído de direitos. É ser “livremente” governado.

A substituição da expressão “necessidade de aprendizagem” pela expressão “direitos de aprendizagem” na BNCC na Educação Infantil, também faz parte do ideário neoliberal de constituição subjetiva, na qual o indivíduo torna-se o responsável por sua aprendizagem, buscando esse direito de aprender constantemente. A palavra “direitos” aparece 146 vezes no documento, ora tratando dos direitos humanos, ora do direito de exercer cidadania, ora dos direitos de aprendizagem. Conforme observamos, a BNCC está repleta de discursos em que podemos problematizar os alinhamentos e governamentos.

4 Considerações finais

Nesta escrita, a partir das formulações foucaultianas, foi possível problematizar como as políticas públicas operam enquanto engrenagens de um governo biopolítico e de uma racionalidade neoliberal, como ações do Estado para condução dos indivíduos e populações.

Na obra *A escola não é uma empresa*, Christian Laval falando sobre educação diz: “Se ela engaja o sentido da *vida individual e coletiva*, se liga passado e futuro e mistura gerações, a educação pública é também um campo de forças, um afrontamento de grupos e de interesses, uma luta contínua de representações e de lógicas” (Laval, 2004, p. 17, grifo nosso).

Portanto, a escola, a educação e as políticas públicas que a regulam, servem a interesses biopolíticos, buscando o gerenciamento da vida individual e coletiva dos sujeitos da educação, sejam eles alunos ou professores, de modo a conformá-los a uma lógica.

No neoliberalismo não só as relações políticas, mas as relações sociais são permeadas pelo espelho empresarial, que tomam a liberdade, a autonomia e a concorrência como princípios para que o sujeito faça de si um capital humano.

Na governamentalidade biopolítica neoliberal, a condução das condutas necessita de liberdade e de autonomia. Só aceita ser conduzido quem tem autonomia, do contrário seriam práticas de violência. Portanto, é preciso problematizar o discurso da autonomia como um dispositivo para condução de condutas, incluindo a condução autônoma e livre de si mesmo.

Esta racionalidade governamental neoliberal produz, para além de um sujeito disciplinado e submetido ao exercício do poder, modos de subjetivação que influenciam todas as esferas da vida. Assim, os interesses do mercado determinam como ser livre, como ser autônomo. Pensando ter liberdade e autonomia, o sujeito obedece a um sistema de controle contínuo e permanente, no nível dos corpos e das condutas.

O primordial aqui não é colocar-se a favor ou contra a política pública educacional da BNCC, mas minimamente perceber os jogos postos em operação para que esta, assim como tantas outras políticas públicas, fosse constituída. Mais do que certezas, respostas ou indicações de formas de se pensar a educação e as políticas públicas que a regem, o que propomos aqui é suscitar perguntas, constituir objetos para o pensamento, questionar que tipo de sujeito vem sendo constituído, perceber os alinhamentos e governamentos desta política pública de modo a, a partir destas compreensões, pensar modos outros de fazer educação.

Referências

BALL, S. **Education reform: a critical and post-structural approach**. Buckingham: Open University Press, 1994.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: [BNCC EI EF 110518 versaofinal site.pdf \(mec.gov.br\)](https://www.mec.gov.br/bncc/bncc-ei-ef-110518-versaofinal-site.pdf). Acesso em: 15 jan. 2022.

COSTA, S. de S. G. Governamentalidade Neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação e Realidade**, Rio Grande do Sul, v. 34, p. 171-186, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8299>. Acesso em: 3 mar. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Lisboa: Edições 70, 2021.

FONSECA, M. A. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: RAGO, M.; VEIGA NETO, A. (org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 155-164.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GALLO, S. Políticas da diferença e políticas públicas em educação no Brasil. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 63, p. 1497-1523, set./dez. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/36722>. Acesso em: 15 jan. 2022.

GALLO, S. Governamentalidade democrática e ensino de filosofia no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 42, p. 48-64, 2012. Disponível em: scielo.br/j/cp/a/FYVwfRDc45K4z54Pjy38TGK/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 2 nov. 2022.

GIL, A. C. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Barueri: Atlas, 2021.

GIMENO SACRISTÁN, J. *et al.* (org.). **Educar por competências**: o que há de novo? Porto Alegre: Artmed, 2011.

HENNING, P. C. Estratégias Bio/ECopolíticas na educação ambiental: a mídia e o aquecimento global. **Educação UNISINOS**, São Leopoldo v. 23, n. 2, p. 367-382, abr./jun. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-62102019000200367. Acesso: 15 abr. 2022

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico:** procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, C. S. de. **A Base Nacional Comum Curricular:** disputas em torno da seleção curricular para o Ensino de História. 2021. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

TROWLER, P. **Education policy:** a policy sociology approach. Gildredge: Social Policy Series, 1998.

Contribuição dos(as) autores(as)

Mirian Pureza – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados, escrita do texto e revisão final.

Paula Corrêa Henning – Análise dos dados, escrita do texto e revisão final.

Revisão gramatical por:

Profa. Ms. Ana Karolina Flores Bibiano

E-mail: karolinabibiano@gmail.com